

“Somos parte disso também”: a produção laboratorial na cobertura da tragédia de Bento Rodrigues¹

Marco Túlio Pena Câmara²

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG

Resumo

O presente artigo analisa a cobertura feita pela revista Curinga e pelo jornal Lampião, produtos laboratoriais do curso de Jornalismo da UFOP, nas edições especiais sobre o rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton), ocorrida em novembro de 2015, que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues. A partir das características de jornais-laboratório (MIRANDA e MILATI, 2013) e da contra-hegemonia (MORAES, 2013), classificamos os veículos como jornalismo local de características contra-hegemônicas. Além da proximidade física, observa-se a identificação com os atingidos e a sensibilização pelas histórias pessoais, que sobrepõem o impacto ambiental que a tragédia também causou.

Palavras-chave: Jornal-Laboratório; Mídia contra-hegemônica; Bento Rodrigues.

Introdução

No dia 05/11/2015 a barragem de Fundão, no subdistrito de Bento Rodrigues, pertencente ao município de Mariana, rompeu-se. A tragédia, causada pelas empresas controladoras da exploração mineral, Samarco, Vale e BHP Billiton, destruiu a localidade e a lama de rejeitos atingiu o rio Doce, seguindo por todo o leito, até chegar ao mar, no estado do Espírito Santo. Estima-se que foram despejados 62 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério, deixando 19 pessoas mortas, 39 cidades afetadas, 11 toneladas de peixes mortos e 1265 pessoas desabrigadas. Tragédias dessa magnitude merecem intensa cobertura midiática, já que afetam não só a localidade ao qual o empreendimento está inserido, mas também outras regiões distantes em diversos aspectos, como o ambiental, econômico, político e, principalmente, pessoal.

O alcance nacional de tanta destruição atraiu a atenção de diversos meios de comunicação do país, que procuravam explicações e histórias que dimensionassem o tamanho da destruição causada pelo rompimento da barragem. Narrar um fato novo, com causas ainda desconhecidas e com abrangência que supera os limites territoriais estaduais, foi um desafio. Cobertura jornalística intensa, registrando o caminho destruidor que a lama percorreu e histórias que foram apagadas por ela. Diferentes veículos com diferentes posicionamentos focalizavam as consequências da tragédia, seguindo cada um a sua linha editorial, incitando, também pesquisas acerca do desastre. Mas por trás de toda pesquisa científica, existe

¹ Trabalho apresentado na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - "O direito à comunicação na luta por uma cidadania ativa", realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Juiz de Fora, MG, de 25 a 27 de outubro de 2017.

² Estudante do programa de pós-graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, Belo Horizonte-MG. E-mail: marcotulio.camara@gmail.com

um motivador pessoal que faz com que nos atentamos ao acontecimento a ponto de querermos nos debruçar sobre ele nos anos propostos para a pesquisa³.

Bento Rodrigues deixou de ser desconhecido. Mas também deixou de existir. Mariana deixou de ser a sombra de Ouro Preto. Mas passou a ser o luto de Minas Gerais. Pior do que ser “apenas um quadro na parede”, como dizia Drummond sobre sua terra Itabira, é perceber que não há paredes, não há quadros, não há casas. Agora, era tudo lama, com histórias soterradas, vidas inundadas, pertences abandonados. Só restava dúvida. Muita dor e muita tristeza.

Cerca de quinze dias depois, voltei à Mariana. Fazia calor e, mesmo com sol, a cidade estava cinza. Ruas cheias, carros de reportagens, hotéis ocupados e, por onde se andava, o assunto era o mesmo. O olhar perdido não era de turistas ou estudantes recém-chegados à universidade. Os olhares eram de piedade, de tristeza, de revolta. Famílias que não sabiam se teriam para onde voltar, o que fazer, o que vestir. Pessoas com olhares perdidos, tentando achar solução no horizonte em que pareciam fitar.

Em meio a tantas dores, reconheci uma menina, de aproximadamente 5 anos, no caminhão de leitura. Há algumas semanas, essa mesma menina havia escrito uns versos com um desenho bucólico em um projeto naquela mesma praça onde estava. Lembrei-me dela, apesar de não ter mais brilho nos olhos nem sorriso no rosto. Dessa vez, ela estava acompanhada do pai, que pediu para que eu brincasse com ela. Enquanto tentava distrair a criança com brinquedos lúdicos oferecidos pela instituição, ela, cansada daqueles mesmos brinquedos que não eram seus, lamentou: “queria minha boneca”. O silêncio doloroso foi o responsável para dar um nó na minha garganta. Olhei para o pai e ele, abaixando a cabeça, revela: “a gente é de Bento. No dia, por sorte, ela estava aqui com uma tia enquanto eu e minha esposa fazíamos compras. Perdemos o ônibus e, quando entramos no próximo, soubemos da tragédia e não seguimos viagem. Até hoje não consegui ir lá, mas sei que perdi tudo”.

Esse depoimento ficou na minha cabeça por horas, dias, meses, anos. E ficará, como a memória dessas pessoas, que não podem ser esquecidas. É impossível não se envolver com aqueles olhares de dúvida, mas de esperança; de tristeza, mas de firmeza.

Mais do que um acontecimento tão grandioso e a cobertura jornalística tão intensa, o que mais me chamou atenção para o rompimento da barragem foi a quantidade de histórias que poderiam ser contadas, a memória que deveria ser preservada, um modo de documentar tanta angústia e sofrimento. Mais do que interesse acadêmico, devemos nos lembrar que a pesquisa é feita por pessoas, que, inevitavelmente, carregam sentimentos, histórias e memórias que não querem que se percam.

Assim, o objetivo deste artigo é dar luz à cobertura que, a meu ver, mais se aproximou das vítimas daquela tragédia, valorizando suas histórias, narrativas e perspectivas, importando-se com cada detalhe perdido, cada pedaço a ser reconstruído, sem se esquecer das grandes proporções que a tragédia alcançou.

³ O presente artigo é parte da pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que analisa a cobertura de quatro veículos midiáticos impressos: *Lampião*, *Curinga*, *Estado de Minas* e *O Tempo*, em seus cadernos especiais subsequentes à tragédia.

Os veículos em análise são a revista *Curinga* e o jornal *Lampião*, ambos produtos laboratoriais do curso de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Dessa forma, acreditamos que a proposta dos veículos laboratoriais possa servir como jornalismo local e, mais que isso, a prática do jornalismo alternativo, ao valorizar a comunidade e as pessoas envolvidas no acontecimento.

Jornalismo-laboratório como mídia local

O principal diferencial do jornal-laboratório é a discussão teórica sobre a prática jornalística, não sendo esta mera reprodução mercadológica (MIRANDA E MILATI, 2013). Dessa forma, há reflexões durante o processo de produção e, também, acerca do produto final, buscando aliar conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, culminando em opções alternativas de prática jornalística, ainda que de maneira subentendida. Assim, o jornal-laboratório se caracteriza a partir de suas “reportagens interpretativas, contextualizadas, com valorização de infográficos e com pautas que se preocupem de forma mais abrangente com o homem e a modernidade” (MIRANDA E MILATI, 2013, p. 35).

O jornal-laboratório é espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre a realidade, para a expressão estilística e política. Em recusa à falsa neutralidade e imparcialidade, fortalece o exercício da análise, da interpretação e do posicionamento político sobre a realidade, obtido da soma e do confronto de vozes plurais (BITTENCOURT E WANDELLI, 2013, p.141).

Dessa maneira, o jornalismo laboratorial, como prática da experimentação, busca revelar narrativas até então silenciadas pela grande mídia, dando luz a demandas políticas e sociais que acabam por ficar por fora do *mainstream*. É, portanto, nesse novo espaço de práxis jornalística que reside a importância do laboratório como resistência e experimentação de novas linguagens e adaptações modernas, visando à democratização de acesso e práticas contemporâneas de jornalismo, valorizando a produção coletiva e reflexiva do conteúdo que apresenta, sem se esquecer do valor pedagógico e da realidade educacional ao qual se insere.

Destacam-se, ainda, outras duas características que nos são caras para a escolha desses produtos laboratoriais para constituírem nosso corpus e servir de análise como certa produção alternativa da cobertura da tragédia e de interesse público, a saber:

Como produto, cumpre também o objetivo de ser um veículo de comunicação alternativo, aberto a pautas diferentes, à inovação na linguagem e à liberdade de expressão, sem amarras comerciais ou institucionais formalizadas. Como instrumento de mudança social, cumpre o objetivo de alertar a população sobre assuntos pouco difundidos na mídia e que merecem visibilidade, constituindo-se em um alicerce para cobranças e discussões amplas. (...) Amparado na ética, baliza discussões de interesse público e social, sem preocupar-se com interesses comerciais ou de natureza político-ideológica. Além disso, toma para si o desafio de dar voz aos invisíveis, incumbindo-se da missão de buscar pautas inspiradoras e, ao mesmo tempo, contestadoras e reveladoras (MIRANDA E MILATI, 2013, p. 40).

Dessa forma, aliando-se aos conceitos e aproximações de definições da mídia contra-hegemônica, consideramos, para esta análise, que os referidos veículos exercem papéis contra-hegemônicos na cobertura da tragédia, ao procurar realizar abordagens diferenciadas da grande mídia, com liberdade e independência de definição de pautas a partir do interesse público local e abordagens que procurassem se diferenciar do que já circulava nos ambientes midiáticos.

Outra característica comum a jornais-laboratórios, também observada no nosso corpus, é em relação à independência e adaptação das regras de noticiabilidade tradicionais do jornalismo, adaptando à realidade laboratorial (TRAQUINA, 2004 *apud* MIRANDA E MILATI, 2013, p. 36). Ideia essa corroborada pela professora responsável pelo jornal *Lampião*⁴, ao afirmar que “tentou o tempo inteiro enquadrar as notícias na perspectiva deles, uma coisa da empatia e daquele lugar, tentando não fazer um enquadramento episódico, uma coisa mais temática”. É nesse sentido que se instaura a principal diferença de abordagem e enquadramento observada nos produtos laboratoriais, por não seguirem a ideia mercadológica, com aspectos mais pessoais da cobertura e de enquadramentos, inovando não só na abordagem, mas também na linguagem empregada, cumprindo, então, o papel de experimentação de produtos laboratoriais (MARQUES, 2013).

Da noção de hegemonia e contra-hegemonia

Baseado nos estudos de Gramsci, Mazetti (2011) faz um panorama teórico, principalmente na América Latina, acerca dos estudos da cultura da comunicação, no que tange ao questionamento do poder, refletindo, assim, sobre a perspectiva contra-hegemônica, a partir de reflexões de estudiosos do tema. Historicamente, a mídia servia (ou ainda serve?) de instrumento para o poder/pensamento dominante, a favor da construção e consolidação do discurso hegemônico, já que “os instrumentos de comunicação estavam sendo interpretados como veículos exclusivos de reprodução das ideologias dominantes na sociedade, enquanto as iniciativas comunicacionais das classes subalternas eram menosprezadas” (MAZETTI, 2011, p. 260), marcando, então, a falta e a necessidade de criação de uma mídia que questionasse tais representações e fosse contra a hegemonia tradicionalmente retratada. Nesse sentido, a hegemonia se porta como “uma espécie de contrato entre o Estado e a sociedade, em que governantes e governados assentam suas obrigações políticas em um determinado número de regras e valores aceitos de forma consensual” (*op cit.*). O domínio, então, não se dá somente no campo econômico, mas também no cultural e ideológico, por meio da “disseminação de valores e de convicções em acordo com a ideologia dirigente” (*op cit.*).

A dependência dos meios de comunicação a poderes político-econômicos tem sido alvo de estudos e de crítica à forma com que essa relação se dá e interfere no produto midiático. Um desses estudos, por

⁴ Entrevista realizada para a pesquisa de mestrado.

exemplo, o de Ramonet (2013), critica o modo de fazer jornalismo na atualidade, com os interesses econômicos das empresas midiáticas e a crise de credibilidade que a imprensa tem sofrido com o advento da internet e facilidade de acesso à informação, dentre outros aspectos. O autor defende a ideia de que as empresas de mídia sofrem grande influência e dependência dos poderes político-econômicos, o que leva, também, à falta de confiança do público nesses meios. “Eles são cada vez menos independentes do poder político, mas, sobretudo, do poder econômico. Os meios de comunicação entraram em crise e tiveram problemas em termos de benefícios e rentabilidade” (RAMONET, 2013, p. 61) Assim, se levanta a seguinte questão: “eles defendem os interesses dos cidadãos ou dos grupos proprietários?”. Essa pergunta se torna legítima, pois “a maioria dos meios de comunicação pertencem a grupos que têm uma atividade econômica relevante” (RAMONET, 2013, p. 62).

É nesse sentido de contraponto entre a comunicação hegemônica e contra-hegemônica, que outro autor, Moraes (2013), em coletânea organizada por ele, Ramonet e Serrano, direciona seus estudos. Embora a abordagem do autor seja mais voltada ao meio digital, ele traz conceitos que nos são úteis na definição dessas mídias e estudo delas, partindo da análise de agências alternativas na América Latina. O autor postula que a difusão de “conteúdos de contestação às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas” (MORAES, 2013, p. 103) é o sentido contra-hegemônico que as agências alternativas buscam. Dessa forma, seguindo a perspectiva gramsciana,

a imprensa, o jornalismo e os jornalistas, cada qual em sua dimensão específica e em movimentos de fertilização mútua e com complementaridade, são agentes históricos essenciais no direcionamento da opinião pública, interferindo nos processos de conservação ou modificação das formas de hegemonia político-culturais (MORAES, 2013, p. 105).

De maneira sucinta, então, o autor resume a crucial diferença entre a mídia hegemônica e a contra-hegemônica, fundamental para nosso estudo e que usamos como critério de análise e definição:

(a mídia hegemônica) privilegia agendas convenientes aos países desenvolvidos, aos agentes econômicos globais e às elites hegemônicas. Decide que acontecimentos devem ser relatados e conhecidos, funcionando, muitas vezes, como canais universalizadores de valores e mentalidades que reproduzem o status quo, ao mesmo tempo em que neutralizam questionamentos e silenciam antagonismos, adotando um modelo tecnoprodutivo que garanta máxima velocidade ao fluxo informativo e padronização do produto final. No lado oposto, as agências alternativas inserem-se entre os segmentos da sociedade civil que reclamam um sistema de comunicação pluralista, opondo-se à centralização das informações em torno de um número reduzido de corporações (MORAES, 2013, p. 108).

Dessa maneira, o autor questiona os modos de produção das mídias inscritas nessa dicotomia, além de pôr em xeque a ética desses veículos que mantêm relações diretas e de interesses com o poder político-econômico. Assim, as ações contra-hegemônicas surgem como uma maneira de “superar as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista” (MORAES, 2013, p. 106). Dessa forma, contrariando a lógica de modo de produção e

comercialização da informação, acreditamos que a classificação dos produtos laboratoriais em análise (*Lampião* e *Curinga*, vinculados à UFOP) como mídia contra-hegemônica seja válida, já que “projetos jornalísticos alternativos no plano da contra-hegemonia rejeitam a mercantilização da informação e valorizam a ‘crítica sempre inquietantemente reveladora, em busca de liberdade, esclarecimento’” (*op cit.*).

O autor considera a hegemonia e a contra-hegemonia dentro de contextos histórico-sociais. Ele afirma que momentos como esse não são homogêneos, já que são atravessados “por tensões e focos de resistência” (*op cit.*). Considerando o rompimento da barragem de Bento Rodrigues como um “momento histórico-social” ao qual o autor se refere, a classificação dos veículos em análise com traços contra-hegemônicos corrobora com a postulação de Moraes (2013). O autor ainda complementa que, sob tais contextos, a contra-hegemonia “realça argumentações que aprofundem o conhecimento crítico da realidade para transformá-la, de maneira a efetivar a ‘crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar’” (*op cit.*). Tal característica pode ser observada nos editoriais dos produtos laboratoriais, como analisaremos a seguir, já que o próprio veículo se classifica como representante contra-hegemônico ao mostrar histórias e levantar reflexões críticas ao acontecimento.

Análise

O jornal-laboratório *Lampião* apresenta três artigos do gênero opinativo: Editorial, Crônica e Opinião. O editorial leva o título “Caos e Esperança” (Figura 3), trazendo a indagação acerca da responsabilidade da tragédia e se demarca como parte das vítimas ao lançar a questão “Quem cuida de nós?”, observando o emprego da primeira pessoa do plural. O texto, ainda, reforça a necessidade de que o fato não pode ser esquecido e, como jornal-laboratório do curso de Comunicação Social, relaciona o papel da Universidade com o papel acadêmico de levar informação completa ao leitor, com abordagem diferenciada e regionalizada.



Caos e esperança

Quem matou o tempo? No século XIX o escritor e poeta estadunidense Henry David Thoreau garantiu que não seria possível praticar tal feito sem desoutrar a eternidade. Duzentos anos depois, no dia 5 de novembro de 2015, por volta das quatro da tarde, o tempo cessou numa terra chamada Bento Rodrigues. Era o anúncio do fim. Com ele, a exigência de um recomeço por parte dos sobreviventes, afinal, o tempo parou em Bento, mas não no resto do mundo.

Uma tragédia de estragos incalculáveis, que atingiu também Paracatu de Baixo (onde a foto de capa foi tirada), Barra Longa, Camargos, entre outros, além de devastar o Rio Doce. A cada segundo, as facetas de grupos de poder se escancaravam. Na contramão, a solidariedade do povo nos fez crer novamente no ser humano e fez valer uma velha máxima: "a esperança é

a última que morre". Enquanto Mariana tentava resistir graças à própria comunidade, os atingidos permanciam – e ainda seguem – à mercê de um novo futuro, que está para ser escrito.

Nas ruas da primaz de Minas, a boataria, a omissão, a submissão e a culpa se perpetuavam. Como cenário, eternidades ceifadas e pessoas em fase de readaptação, lutando contra o choque de realidade de um mundo que não lhes pertencia. "E agora?" é o que nos perguntávamos e ainda recebemos. Bento já não existe. Como sobreviver apesar disso? Esta edição do LAMPIÃO convida você a se perguntar: Quem se responsabiliza? Quem sustenta novas eternidades? Quem cuida de nós?

Trazemos aqui uma tragédia que não pode ser esquecida. Mariana possui um forte espaço acadêmico e precisa ser abraçada por esta comunidade. Nos dias que sucederam o acontecido,

estudantes se comprometeram e ajudaram reforçando o ideal de universidade pública como espaço coletivo de aprendizagens e retornos. Este LAMPIÃO é mais um efeito disso. Não somos instituição. Somos gente, somos alunos (de um curso de Jornalismo, especificamente) e buscamos, por meio deste jornal, deixar nossa contribuição a esta cidade que nos recebe de braços abertos a cada semestre, dividindo conosco seu tempo e sua eternidade.

Nossos agradecimentos especiais ao Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, à agência A Pública, à Secretaria do Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social (Decso), à Direção do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (Icsa) e ao Setor de Transportes da Universidade Federal de Ouro Preto, sem os quais não conseguiríamos realizar esta edição.

Figura 1 Editorial do Jornal Lampião: "Caos e esperança"

A revista *Curinga* já se demarca como jornalismo local, como parte dos relatos apresentados. O editorial (Figura 2) retrata o acontecimento como marca do processo de identidade e de subjetividade da publicação e da população, trazendo termos e relatos relacionados à memória, história, identidade a partir de narrativas de vida, buscando dar visibilidade à “voz do invisível”, em oposição à grande mídia. Assim como o *Lampião*, a revista também levanta uma indagação: “Qual o preço que se paga?”.

Editorial

5 de novembro de 2015, por volta das 15h. A barragem de Fundão da mineradora Samarco S.A. se rompe. Quinze minutos depois, destrói o subdistrito de Bento Rodrigues. Horas mais tarde, a lama de rejeitos atinge o distrito de Paracatu de Baixo. 17 pessoas morreram na tragédia e duas permanecem desaparecidas. Até a madrugada de 6 de novembro, a lama atingiu a cidade de Barra Longa, os subdistritos de Camargos, Pedras, Gesteira e afetou lugares que dependiam do Rio Doce. Foram 24 horas confusas e tensas. Havia pouca informação.

9 de novembro de 2015, 19h. A Revista *Curinga* decide interromper o processo de produção de sua 16ª edição. Era impossível deixar de relatar as histórias das vítimas da tragédia. Isto não poderia ser esquecido.

Resolvemos fazer uma abordagem diferente dos outros veículos. Por se tratar de um tema delicado e importante, decidimos duplicar o número de páginas da revista.

As tradicionais 44 páginas tornaram-se 88. Começa a primeira edição especial da *Curinga*. Na editoria “Travessia”, o marrom que remete à lama é uma marca real do percurso por onde o rejeito passou e deixou destruição. Marca que chama a atenção de observadores e restará guardada na memória de todos os atingidos direta e indiretamente pela tragédia

Na editoria “O Mundo em Mim”, suas consequências. Nós, como estudantes de jornalismo, não poderíamos observar algo da nossa rotina como se estivéssemos do lado de fora. Mariana é também nossa casa. Olhamos a situação como quem vê todos os dias pessoas ligadas ao rompimento da barragem, parentes, amigos, conhecidos. Somos parte disso também.

A *Curinga* histórica sobre Bento Rodrigues traz toda a temporalidade do rompimento de Fundão, desde a construção de uma barragem até as vidas afetadas direta e indiretamente por ela. Na editoria “Eu no mundo” e nas demais, buscamos

dar voz à todas as pessoas que tiveram algum envolvimento com a situação.

Qual o preço que se paga pela mineração? E qual o custo ambiental da tragédia? O Rio Doce morreu e levou consigo parte do mar. Parte da Estrada Real desapareceu. No caminho percorrido pela lama, há quem não teve seu lar destruído, mas perdeu o principal meio de sobrevivência: terra e água.

Procuramos resgatar a identidade de quem perdeu todos os seus bens. Quem foi Bento Rodrigues? Quem eram os moradores antes do dia 5 de novembro? Quem são agora? Primos, filhas, tios, tias, pais. Eles têm nome, história e toda uma vida de adaptação. Quem serão? Essas pessoas estão, hoje, unidas pela lama. É um estigma que, infelizmente, os une.

E quanto a realocação destas pessoas? Elas estão alojadas agora, mas foram separadas de seus antigos vizinhos e amigos. Haverá um novo Bento? Este será como o antigo? Como seguir em frente? São perguntas que tentamos responder ao longo de toda a revista através de nossas reportagens e dos ensaios fotográficos.

Agradecemos desde já a todos que visitaram memórias para documentar nesse especial os principais acontecimentos; do rompimento da barragem de Fundão até a realocação de seus moradores. Sabemos que foram momentos difíceis, mas é necessário documentar. Bento Rodrigues não merece ser apagado do mapa. Nenhuma vítima merece o esquecimento. Há tradição de gerações debaixo de cada quilômetro de lama e incontáveis histórias daqueles que sobreviveram. Antes da lama. Depois da lama. 5 de novembro será sempre um divisor. Uma marca. Uma mancha.

Catarina Barbosa e Gabriela Santarosa

Figura 2 Editorial da Revista *Curinga*

Levando em consideração o conceito de enquadramento e suas classificações, a gestão dos pontos de vista e posicionamentos implícitos na malha textual que podem se dar por meio das escolhas lexicais (verbos, adjetivos, introdução do discurso relatado, entre outras), seguindo a linha editorial de cada veículo, analisemos alguns excertos.

Como podemos observar na imagem acima, o editorial da revista *Curinga* faz questão de se demarcar como jornalismo local, que vivencia e convive com a tragédia e as consequências dela, como assinalamos no trecho: “Olhamos a situação como quem vê todos os dias pessoas ligadas ao rompimento da barragem, parentes, amigos, conhecidos. Somos parte disso também”. Além disso, também procura se diferenciar na cobertura dos outros veículos, o que nos leva a formular a hipótese de que esse veículo busca manifestar um desejo de se constituir como um discurso contra-hegemônico.

Outro tipo de enquadramento bastante utilizado pelos produtos laboratoriais em análise é o enquadramento pelo questionamento (Figura 3), que incita o receptor a problematizar a partir de uma visada incitativa⁵ (EMEDIATO, 2013). Ele se dá quando se faz uma pergunta que provoca a reflexão, o pensamento sobre determinada questão. É o que se observa no jornal *Lampião*, por exemplo: “E agora?” é o que nos perguntávamos e ainda repetimos. Bento já não existe. Como sobreviver apesar disso? Esta edição convida você a se perguntar: Quem se responsabiliza? Quem cuida de nós?”. Tal enquadramento também está presente na revista *Curinga*: “Qual o preço que se paga pela mineração? E qual o custo ambiental da tragédia?”.

Qual o preço que se paga pela mineração? E qual o custo ambiental da tragédia? O Rio Doce morreu e levou consigo parte do mar. Parte da Estrada Real desapareceu. No caminho percorrido pela lama, há quem não teve seu lar destruído, mas perdeu o principal meio de sobrevivência: terra e água.

Procuramos resgatar a identidade de quem perdeu todos os seus bens. Quem foi Bento Rodrigues? Quem eram os moradores antes do dia 5 de novembro? Quem são agora? Primos, filhas, tios, tias, pais. Eles têm nome, história e toda uma vida de adaptação. Quem serão? Essas pessoas estão, hoje, unidas pela lama. É um estigma que, infelizmente, os une.

do que não lhes pertencia. “E agora?” é o que nos perguntávamos e ainda repetimos. Bento já não existe. Como sobreviver apesar disso? Esta edição do LAMPIÃO convida você a se perguntar: Quem se responsabiliza? Quem sustenta novas eternidades? Quem cuida de nós? Trazemos aqui uma tragédia que não pode ser esquecida.

Figura 3 Editoriais da *Curinga* e do *Lampião*: Enquadramento pelo questionamento

O editorial é o que diferencia (e especifica) determinado veículo de outro, mesmo que possam apresentar semelhanças, pois a enunciação decorre de um enunciado inédito (ALVES FILHO, 2006). Tal característica é fundamental para nossa análise, já que apresenta dois produtos laboratoriais elaborados por estudantes do mesmo curso e da mesma universidade, com grandes semelhanças na linha editorial e posicionamento como parte da tragédia.

Seguindo a proposta editorial assumida pelos próprios veículos e editores, e considerando certa autonomia característica de produtos laboratoriais inseridos em Universidade Federal, a *Curinga* e o *Lampião* demonstram abordar a tragédia sob outro olhar, como observado no editorial da Revista (Figura 2): “Era impossível deixar de relatar as histórias das vítimas da tragédia. Isso não poderia ser esquecido. Resolvemos fazer uma abordagem diferente dos outros veículos. (...) buscamos dar voz a todas as pessoas que tiveram algum envolvimento da situação”. E no *Lampião* (Figura 1):

Nos dias que sucederam o acontecido, estudantes se comprometeram e ajudaram reforçando o ideal de universidade pública como espaço coletivo de aprendizagem e retornos. Este LAMPIÃO é mais um efeito disso. Não somos instituição. Somos gente, somos alunos e buscamos, por meio deste jornal, deixar nossa contribuição a esta cidade que nos recebe de braços abertos a cada semestre, dividindo conosco seu tempo e sua eternidade (LAMPIÃO, 2016, p. 2).

⁵ De acordo com Charaudeau (2004), as visadas determinam a expectativa do ato de linguagem do sujeito falante e da própria troca linguageira, sendo classificadas em seis tipos: visada de prescrição (“mandar fazer”), de incitação (“fazer acreditar”), de solicitação (“quer saber”), de informação (“fazer saber”), de instrução e de demonstração (“fazer saber-fazer”). (CHARAUDEAU, 2004, p. 23-24).

Nos dois excertos, assim como outros observados anteriormente, podemos verificar a demarcação de localidade destas publicações, considerando-se como participantes da rotina da cidade, alterada pela tragédia. Posicionar-se como parte do acontecido, demarcando proximidades físicas, é característica constante na *Curinga* e no *Lampião*, cumprindo o papel de jornalismo local com a independência de produtos laboratoriais. Dessa forma, observamos maior aproximação com o público de atingidos pelo rompimento da barragem, num processo de identificação e pertencimento, já que estão inseridos na mesma cidade e dividem as mesmas dúvidas e incertezas acerca do ocorrido.

Vamos, então, analisar uma reportagem de cada veículo, visando a aplicação do posicionamento tomado pelos editoriais deles. No jornal *Lampião*, o título da reportagem “Quem paga a conta?” já apresenta o enquadramento por questionamento, ao sinalizar o apontamento de responsáveis pela tragédia e a respectiva urgência na resolução do caso a partir de tantas perdas. No destaque, uma fala do prefeito de Mariana sobre a relação da empresa com o município. As duas fotos que ilustram a matéria mostram a destruição de Bento Rodrigues, com objetos pessoais e casas soterradas pela lama. Ao fim da página, números sobre as multas que devem ser pagas pela empresa a instituições, como Ibama, Governos e Ministério Público, e à população afetada diretamente pela tragédia.



15 de maio de 2016

LAMPIÃO

3

CIDADE

BRUNO MANTOVANI

Apesar de o volume de lixo gerado pelo município de Mariana, em Minas Gerais, ser considerado um dos maiores do Brasil, a cidade não possui uma política pública adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos. Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.

“Há uma falta de transparência e de comunicação com a população”, afirma o jornalista Bruno Mantovani, autor do artigo publicado no LAMPIÃO. “A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

Segundo o jornalista, a Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos. Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.

Além disso, a Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos. Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

Quem paga a conta?



“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”

“A Prefeitura de Mariana não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos”, afirma o jornalista Bruno Mantovani. “Isso ocorre porque a Prefeitura de Mariana, com o apoio da Samarco, não tem investido em infraestrutura adequada para lidar com esse volume de resíduos sólidos.”



Figura 4 Reportagem do LAMPião cobra responsabilidade da empresa

Por meio da leitura da reportagem, podemos observar uma cobrança maior da responsabilidade e da relação da Prefeitura com a empresa responsável pelas barragens. O jornal ainda dá um tom mais pessoal à tragédia e à responsabilidade atribuída a ela, além de cobrar medidas legais sobre a Samarco, também destaca a responsabilidade da Vale e da BHP Billiton, empresas acionistas que também utilizavam a barragem como descarte de rejeitos da mineração. Quando dimensiona o tamanho da tragédia, procura focar no município e nas pessoas atingidas direta e indiretamente, ainda que também dê a dimensão nacional ambiental, citando a destruição do rio Doce, que passa pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Trata como “apuração criminal”, considerando o crime ambiental cometido pela empresa. Afasta-se da classificação de “acidente” dada pela Samarco⁶, em clara oposição à declaração da

⁶ O trecho da reportagem diz “Samarco classifica como acidente”

empresa, além de usar os termos “tragédia”, “destruiu”, “pessoas afetadas”, “responsabilidade pela tragédia”, observando, então, posição mais incisiva na cobrança por atitudes e respostas. Ainda assim, a matéria só apresenta o questionamento no título, embora questione, indiretamente, a responsabilidade pela tragédia no corpo do texto. É uma matéria informativa, sem adjetivação, com verbos informativos, como “declarou”, “falou”, “disse”. As fontes ouvidas são posicionamentos oficiais da Samarco, Vale e de órgãos públicos, além de relatórios e lei que versam sobre a mineração. Cita falas do prefeito da cidade, do promotor do Ministério Público de Minas Gerais, apresenta a falta de respostas de outros setores (como o governo de MG) e se ancora em relatórios e documentos oficiais para comprovar os impactos causados pela tragédia. Indica diretamente a Vale como uma das responsáveis pelo ocorrido, mas não identifica a fonte usada na defesa da empresa. Mesmo com fontes oficiais de órgãos públicos estaduais e nacionais, a abordagem busca trazer sempre o impacto local que essa cobrança e responsabilização vão gerar no município.

Na reportagem “Cicatriz aberta”, a revista *Curinga* enfatiza o número de mortes, personificando o estado de Minas Gerais, que sofre, chora, perde. Questiona até quando tragédias como as retratadas na reportagem irão acontecer, relacionando a memória afetiva, com um tom mais emocional e pessoal ao tema. Tendo o Mab como fonte, a revista trata o assunto dos rompimentos sob a opinião das vítimas, de quem viveu e sofreu com as tragédias, utilizando repetidamente as palavras “luta” e “atingidos”, indicando o sofrimento delas e de forma mais incisiva sobre a responsabilidade das empresas e suas relações com o mundo político, que favorecem as construções de barragens que arriscam a segurança das cidades (e dos moradores) onde são instaladas.

Para ajudar na luta justa com as famílias de atingidos e a preservação do meio ambiente, o Movimento dos Atingidos por Barragens (Mab) existe há 46 anos e tem representação em 16 estados do Brasil. Membro da coordenação nacional do Mab e um dos representantes de Minas Gerais, Joceli José Andrioli, explica que o papel do Movimento sempre foi organizar os atingidos na luta pelos seus direitos e denunciar o modelo violador de direitos humanos dessas empresas. A ideia é fortalecer uma luta em comum de várias entidades e movimentos para a mudança desses modelos de obras que não servem a população brasileira de forma integral.

de fiscalização. Ele destaca ainda que as empresas fazem seus acordos com o Estado para viabilizarem os licenciamentos de forma mais branda e que a fiscalização muitas vezes fecha os olhos para situações de obras vinculadas as grandes empresas. “Tudo isso tem a ver com o poder que essas empresas tem em relação ao Estado e principalmente aos governos que são eleitos com financiamentos privados dessas”, lamenta.

Figura 5 Reportagem “Cicatriz aberta” aborda os rompimentos sob a opinião das vítimas

Nos outros trechos da reportagem, o foco é sempre na destruição e degradação que as tragédias provocaram nas cidades, sob o olhar das vítimas. Ao final, sob a fala do coordenador da COMPDEC de Miraí, a revista relaciona a incidência dessas tragédias às falhas de fiscalização. No último parágrafo, observa-se a personificação da tragédia, com as empresas no papel de agente patológico. Tal constatação

pode ser verificada pelo uso de palavras como “ferida”, “sutura”, “lápides”, “cortes” ao se referir à ação dos rompimentos de barragens sobre as cidades e as respectivas vidas afetadas.

Considerações finais

Considerando os veículos em análise como jornalismo local e sua inserção na sociedade à qual pertence, é possível classificar a cobertura feita por eles com traços característicos contra-hegemônicos, aproximando-se do jornalismo alternativo, na medida em que volta suas atenções, espaços e abordagens às vítimas da tragédia, às pessoas que foram atingidas diretamente, responsabilizando, também, as empresas envolvidas.

Dessa forma, acredita-se que produtos laboratoriais, em geral, podem se firmar como uma alternativa de jornalismo local e espaços para discursos contra-hegemônicos, que não têm espaço na grande mídia. Além disso, pode ser um forte instrumento de exercício da democracia e da cidadania com a colaboração e aceitação da população a qual se destina, firmando-se como porta voz dessas comunidades que encontram, nesses produtos, espaço para visibilidade e aceitação de seus discursos e representações.

Referências bibliográficas

ALVES FILHO, F. A autoria institucional em editoriais de jornais. Alfa, São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006.

BITTENCOURT, Luciano e WANDELLI, Raquel. Projeto jornal-laboratório: ambiente de aprendizagem dentro de uma visão de hipermídia. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo & TONUS, Mirna. Jornalismo-laboratório: impressos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015

CURINGA. 16a edição, 88p. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, Março, 2016.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: Emediato, W. (Org.) **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 69 - 103

LAMPIÃO. 21a edição, 12 p. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011- .Bimensal. Janeiro, 2016.

MAZETTI, Henrique. Mídia e questionamentos do poder: três abordagens teóricas. In: **Mídia e poder**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 255-273

MIRANDA, Amanda & MELATTI, Sílvio. Tradição e Aventura na Prática Laboratorial. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo & TONUS, Mirna. Jornalismo-laboratório: impressos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

MARQUES, Fabrício. Laboratório como espaço criativo e experimental. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo & TONUS, Mirna. Jornalismo-laboratório: impressos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

MORAES, Dênis de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013a, p. 103 – 144.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: RAMONET, I. MORAES, D.; SERRANO, P. (Orgs). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53 – 70.